

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**A BALNEABILIDADE DA PRAIA DO LAMI - PORTO
ALEGRE/RS: NO PERÍODO DE 1993 A 2012**

Nanashara D'ávila Sanches e Nanashara D'ávila Sanches

Boletim Gaúcho de Geografia, 41: 127-149 , jan, 2014.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/42621>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jan, 2014.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

O LARGO É VIVO: PERSPECTIVAS DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

ROSIÉLE MELGAREJO DA SILVA ¹

RESUMO

A cidade de Porto Alegre atualmente vive um momento de agitação política. Muitas passeatas e manifestações acontecem nesse momento. Em meio a todas essas manifestações um personagem começa a se destacar dentre os que desses movimentos participam de forma mais ativa: os espaços públicos. Isso porque determinados espaços se tornaram marca dessas manifestações, como lugares de fuga, de enfrentamento, de reunião, encontro ou de manifestação. Esses espaços são os largos na cidade de Porto Alegre. Esses espaços também são preferência para artistas independentes, religiosos e pequenos comerciantes. Mas seriam esses largos dotados de alguma qualidade que funciona como abrigo para esses grupos? Assim, o objetivo desse artigo é refletir sobre o papel que os largos possuem frente a outros espaços públicos da cidade de Porto Alegre, levando em conta as apropriações coletivas que ocorrem neles. Essa reflexão faz parte de um trabalho de tese de doutorado que se encontra em desenvolvimento. Até o momento a pesquisa aponta para um conjunto de singularidades próprias desses espaços que fazem deles diferenciados do resto do universo dos espaços públicos. O método é o dialético e pretende decompor algumas possibilidades de pensar os largos das cidades como espaços, mesmo que abandonados pelo poder público, cheio de possibilidades construídas por quem os ocupa.

Palavras-chave: espaço público; largos; Porto Alegre.

INTRODUÇÃO

A cidade de Porto Alegre vivencia atualmente, neste ano de 2013, uma sequência de manifestações que estão sendo consideradas como um marco na história das mobilizações da cidade. Isso porque essas últimas manifestações reuniram um número de pessoas acima do comum. Estima-se que pelo menos seis mil pessoas saíram às ruas no dia 04 de abril deste ano para

1 Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: rodageo@yahoo.com.br

manifestar-se contra o aumento da tarifa de ônibus. A última vez que havia se registrado esses números foi na mobilização em repúdio ao atropelamento em massa de ciclistas em março de 2011, que reuniu em torno de duas mil pessoas.

Aliado a isso ficou em evidência a preferência de certos lugares da cidade para concentração antes das manifestações, pontos de chegada, pontos de encontro e até de fuga nos casos em que ocorreram enfrentamentos entre manifestantes e a polícia. Essas escolhas não aconteceram aleatoriamente e nem começaram a acontecer neste ano. Essa preferência é uma construção histórica de identidade que os movimentos sociais, artísticos e de uma rede de trabalho informal construiu de longa data. Boa parte dessa identidade na cidade de Porto Alegre se deu com os largos, o que aponta alguma qualidade específica desses espaços para explicar a preferência.

Os espaços públicos, em tese, são espaços qualificados pelo privilégio do uso e apropriação coletiva e política. Porém quando aprofundamos a análise percebe-se que não devem ser tratados como uma simples soma de lugares, pois suas propriedades divergem enormemente em função da localização, das relações de poder que as permeia e de como as coletividades se apropriam. Assim, quais as qualidades quanto aos usos e apropriações que fazem desses largos, espaços de preferência para as coletividades?

Além da evidente centralidade que esses lugares em específico oferecem para essas apropriações citadas, existem outras nuances entre os lugares e os grupos que se apropriaram. Os largos são formas urbanas que revelam conteúdos marcados no tempo, nos eventos ocorridos nestes lugares que transformam o vivenciar do espaço da cidade. Mas assim como os espaços públicos não são homogêneos, os largos também se caracterizam por uma diversidade. E sendo assim, alguns largos, como o Largo Esquina Democrática, Largo Glênio Peres e Largo Zumbi dos Palmares se destacam no modo de participação desse momento de grandes manifestações. Mas seriam os largos simples superfícies escolhidas para as atividades políticas da cidade ou um espaço com o status de condição para realização qualificada dos atos?

O objetivo neste artigo é refletir sobre o papel dos largos na produção dos espaços públicos da cidade de Porto Alegre. Como dimensão entende-se tratar de uma leitura dialética do espaço, que é composta por uma dimensão física e outra subjetiva ou das ações e práticas socioespaciais.

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE LARGO

Ao fazer uma busca nos dicionários de urbanismo e arquitetura percebe-se que a princípio o termo largo é uma denominação dada somente na língua portuguesa. Assim é um tipo de logradouro encontrado nas cidades brasileiras e que sofreram influência de uma colonização portuguesa. Enquanto suas características o que se entende por largo no Brasil faz uma di-

reta relação com os aspectos das praças secas européias, que se caracterizam por serem espaços abertos, com uma jardinagem de baixo porte. Na cidade de Portugal existem alguns espaços denominados diretamente como largos, mas que se confundem com a caracterização do que no contexto europeu se entende por praça.

No caso brasileiro já é possível fazer uma caracterização diferenciada para largos. Pois, praças e parques possuem projetos de ajardinamento bem diferenciados e de grande porte. Vejamos, exemplos de como esse termo é conceituado na língua portuguesa. Segundo, Celson Ferrari (2004), “Largo: “inglês square/francês.place/espanhol.plaza/ ~Éspécie de praça que em geral contém um templo e é de grande dimensão. Ex: Largo da Sé, em São Paulo, ou também praça da Sé.” (2004, p.210)

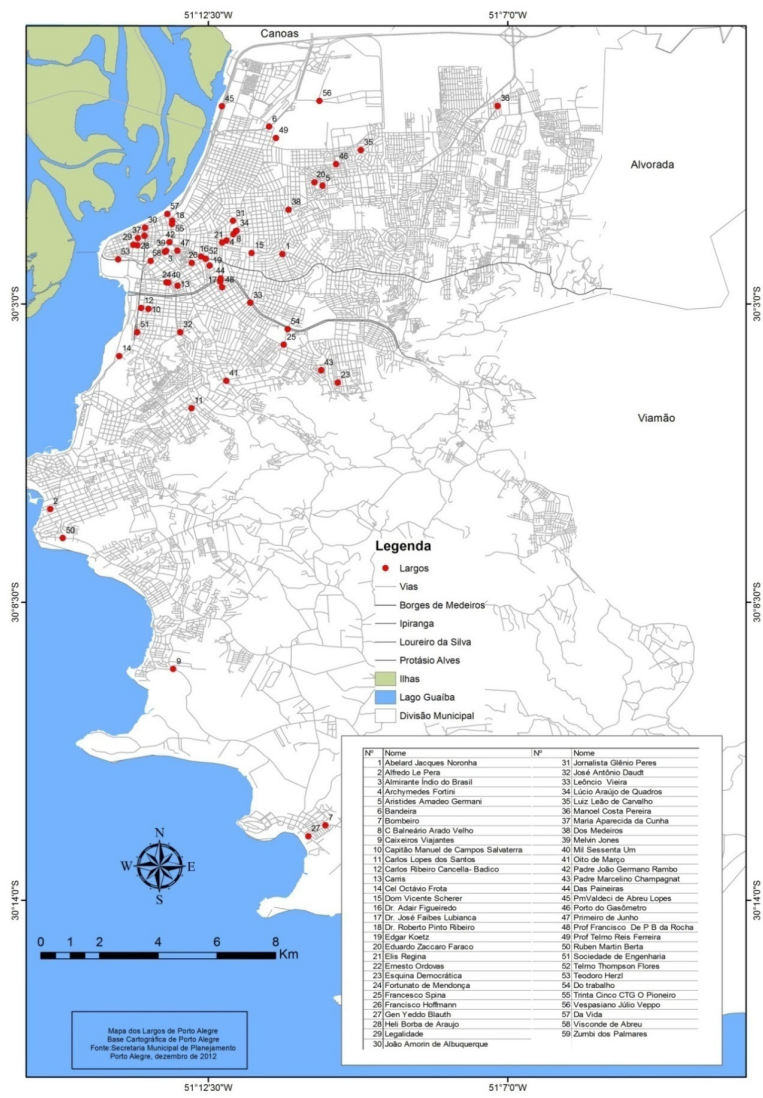
A definição de Celson Ferrari (2004) deve ser trazida para o debate com certas advertências. Primeiro, que se for contextualizada com a realidade brasileira, essa definição não seria a mais adequada. Os largos, em sua maioria e principalmente se for levado em conta o contexto da cidade de Porto Alegre, que é o foco de estudo, possuem características diferenciadas da praça. E não somente no que tange os aspectos físicos, como o tipo de ajardinamento, por exemplo, mas também quanto aos seus usos e apropriações. Assim, já podemos adiantar que os largos se caracterizam em sua maioria por prevalecer a passagem e o trânsito de pessoas se comparados ao uso de parada e descanso, como ocorrem no caso das praças. As apropriações feitas pelo comércio, por identidades religiosas, artísticas e políticas nos espaços dos largos ocorrem de maneira diferenciada de quando as mesmas ocorrem em praças e parques.

Consultando uma segunda fonte, o “Dicionário ilustrado de arquitetura” de Maria Albernaz (1998), a definição de largo é a seguinte: “Espaço de maior largura ao longo de uma rua. Antigamente correspondia comumente a local onde se situava prédios de maior importância, como igrejas, conventos ou edifícios institucionais.” (1998, p. 342). Essa segunda definição se aproxima mais das propriedades que serão atribuídas aos largos na reflexão, se comparado com a primeira. Mas é necessário mencionar que nem todas as ocorrências de largo estão ligadas diretamente a alguma instituição, seja ela política ou religiosa. Sendo assim, é possível notar que existe uma problemática quanto a definição desse logradouro, pois não ocorre um consenso entre os autores do que se determina como um largo.

Adicionado a isso, no contexto dos largos da cidade de Porto Alegre a definição desse espaço em específico se torna ainda mais confuso. Isso porque nos 59 largos registrados pela Secretaria Municipal de Planejamento, não é possível fazer uma generalização em características para todos esses casos. O que ocorre é que desde canteiros, até a espaços maiores estão cadastrados como largos. A falta de definição demonstra ao que tudo indica que não existe um critério claro e único para o registro desse tipo de logradouro.

A seguir é possível visualizar os 59 largos e como estão distribuídos pela cidade de Porto Alegre:

Figura 1: Mapa dos Largos de Porto Alegre.



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Porto Alegre, 2012.

Historicamente muitos largos do século XX da cidade de Porto Alegre foram transformados em praças e parques. Isso não quer dizer que todos os largos que existem hoje na cidade já existiam por muito tempo e resistiram a uma pretensa ampliação para praça ou parque, mas eles representam, mesmo sendo recente outro momento da história da urbanização porto-alegrense.

Assim, poderíamos definir os largos como indícios na paisagem contemporânea de momentos históricos passados. Milton Santos (2009) definiu espaços como esses, de rugosidades, como ele comenta:

O que na paisagem, representa um tempo passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. (SANTOS, 2009, p. 140)

Assim, esses espaços públicos que permeiam os rodapés e notas de página das fontes pesquisadas, se mostram fortes e vivos no cotidiano da cidade de Porto Alegre. Renegados e abandonados pelas políticas públicas e tão fortificados pelas apropriações populares, os largos permanecem no decorrer histórico com um papel importante e único dentre os espaços públicos.

A MEMÓRIA DOS LARGOS DE PORTO ALEGRE

Ao problematizar a realidade dos largos da cidade de Porto Alegre, levando em conta a sua quantidade, principalmente do início do século XX, com os de agora se percebe que esse aparente elevado número de largos poderia ser maior. Pois investigando as reformas urbanas ocorridas no início do século XX evidenciou-se que as diversas mudanças nos espaços urbanos desse período transformaram diversos largos em praças. Como assim trata Charles Monteiro:

Os largos, que se transformaram em praças com o processo de urbanização, eram espaços centrais da experiência urbana da “velha” cidade. Nele se situavam as festas populares, os exercícios da milícia e muitas outras atividades que envolviam o vaivém da vida cotidiana. As principais casas comerciais e residências ficavam próximas a esses largos, e a abertura de ruas e becos organizava-se a partir deles. (MONTEIRO, 2006, p. 236)

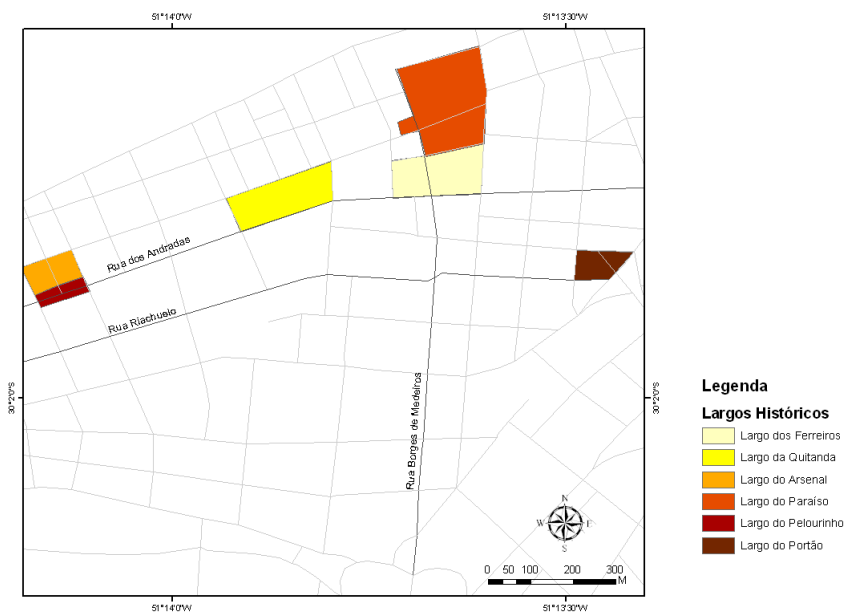
Por volta de 1920 a cidade de Porto Alegre passou por vários projetos de remodelação urbana, que contavam com intervenções que prometiam embelezamento e modernização da cidade para uma elite. Foram nesse mo-

mento que vários largos se tornaram praças e parques, pois os largos tinham como referência o que nesse momento era divulgado como “vida mundana”.

Assim, esses locais tinham como referência a mendicância, a prostituição, o jogo, atividades ilegais em geral e a apropriação dos mais pobres. Mas antes de tratar dessas transformações e das reais intenções que estavam por trás dos discursos de melhoramento da cidade, vejamos como se localizavam os principais largos em Porto Alegre. As referências dessas informações foram retiradas de dois trabalhos do historiador Charles Monteiro (1995; 2006), onde é abordada a memória e cultura urbana da cidade de Porto Alegre através desse momento de remodelação urbana e usa como fonte cronistas que narraram às múltiplas vivências na cidade.

Esses largos caracterizados no mapa a seguir possuem seus primeiros registros históricos no século XVIII, alguns sofrem os efeitos dos projetos de remodelação do início do século XIX e outros permanecem pelo século XX e XXI com nomenclaturas, limites e usos diferentes, porém ainda existentes nessas ou próximas dessas localidades.

Figura 2: Mapa de localização dos largos do século XIX.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE.

A alteração nos largos acabava transformando todo o perfil do entorno, pois junto com ela ocorriam derrubadas de árvores, aberturas de avenidas no lugar de ruelas e becos para que uma nova classe social se apropriasse do local. Conta Charles Monteiro (2006), em seu resgate histórico através de cronistas que contaram o cotidiano de Porto Alegre no início do século XX, que nem todos estavam satisfeitos com as mudanças, como assim diz Aquiles, um dos cronistas usados como fonte:

Aquiles observava que a transformação dos espaços e equipamentos urbanos, o embelezamento da cidade e a nova velocidade dos deslocamentos e comunicações, produziu uma nova cultura e experiência de vida urbana. Porém, na contramão provocaram a sensação de perda e descontinuidade em relação às antigas referências socioespaciais, o que foi percebido pelo autor como empobrecimento da experiência urbana. (MONTEIRO, 2006, p. 307)

Incluir a memória dos largos no debate da sua realidade contemporânea tem como objetivo demonstrar que as transformações observadas nesses lugares hoje estão ligadas a um projeto de cidade com raízes históricas profundas. A especulação imobiliária acelerada já nas primeiras décadas do século XX evidencia um projeto de cidade segregacionista.

Os largos são alguns desses espaços em que é possível visualizar as fases em que esse projeto é colocado em prática, seus artifícios e discursos. O estudo da memória desses lugares funciona como instrumento de entendimento dos rumos dos espaços públicos da cidade. E ao aprofundar e acompanhar certos largos em específico é possível visualizar como a relação de poder atua, por vezes restringindo e em outras multiplicando as potencialidades de atuação coletiva.

Atualmente os largos sofrem a ação de um novo momento especulativo, caracterizado pela forçada elitização de novas áreas facilitada por um modelo de gestão que favorece práticas de elitização dos espaços públicos. Porém, essa nova fase não difere em sua natureza das anteriores, pois ela se renova a partir das mesmas bases, como comenta David Harvey: “A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital.” (2011, p. 137).

A Copa do Mundo que irá acontecer, dentre outras cidades cedes, também em Porto Alegre em 2014 é dos grandes catalisadores desse novo momento. E os largos expressam tanto essa nova rodada do mercado nos espaços públicos como a resistência em manter práticas alternativas, populares e de manifestação contrárias ao mesmo processo. A manutenção de artistas de rua, de um comércio informal e a preferência do uso dos largos por parte de movimentos populares e sociais demonstra uma rela-

ção de poder que deixa em aberto o futuro dos espaços públicos. E até de uma possível mudança nas perspectivas que a memória dos largos revela.

METODOLOGIA

O tema que envolve os largos da cidade de Porto Alegre envolve uma história e um movimento, ou seja, um conteúdo que engendram diferenças, polaridades, problemas teóricos, práticos e conflitos que constituem uma forma de espaço público. Essa forma representa uma totalidade que precisa de metodologia para ser decomposta e capaz de revelar suas contradições, possibilitando um retorno à análise da totalidade com maior propriedade. O método que orienta uma metodologia de ação quanto a esse tema é o dialético.

Essa opção metodológica significa dizer que o objeto de estudo, o espaço público dos largos, possui uma totalidade composta por partes que em determinados momentos se somam e em outras se contradizem. É dizer também que esse objeto se realiza não só objetivamente, ou seja, material e histórico, como também na dimensão abstrata, referente à identidade de maneira a constituírem uma teia de interdependências e interações diretas e indiretas. É dizer, finalmente que o real objetivo do questionamento existe empiricamente e de diferentes maneiras interage com o sujeito histórico.

A análise de conteúdo, feita a partir da interação de elementos opostos, está representada por um sujeito histórico livre, pelo menos em tese, pois está ligado a um objeto que o oprime. Mas em função de uma perspectiva dialética, por outro lado, se revelam possibilidades de ação contraditórias. Assim, a metodologia está orientada no que Henri Lefebvre chama de lógica concreta, ou lógica de conteúdo, a própria lógica dialética (hegeliana) como superação da lógica formal (aristotélica), como ele comenta a seguir:

A lógica formal, lógica da forma, é assim a lógica da abstração. Quando nosso pensamento, após essa redução provisória do conteúdo, retorna a ele para reaprendê-lo, então a lógica formal se revela insuficiente. É preciso substituí-la por uma lógica concreta, uma lógica do conteúdo, da qual a lógica formal é apenas um elemento, um esboço válido em seu plano formal, mas aproximativo e incompleto. Já que o conteúdo é feito da interação de elementos opostos, como o sujeito e o objeto, o exame de tais interações é chamado por definição de dialética; por consequente, a lógica concreta ou lógica do conteúdo será a lógica dialética. (LEFEBVRE, 1975, p. 83)

A totalidade que será decomposta é o espaço, assim como a sociedade que lhe garante a existência. Segundo o método dialético a decomposição dessa totalidade se dá do geral para o particular, e vice-versa. Mas um método de análise é necessário para decompor sem dividir. Isso se dá através de uma observação, registro do cotidiano através de um diário de campo, da fotografia e finalmente de entrevistas que geram um material sobre as rela-

ções de poder e do imaginário do que acontece nesses largos.

Assim, os largos indicando uma forma de produção do espaço específica dentro da diversidade de espaços públicos da cidade de Porto Alegre. Uma forma que ultrapassa sua objetividade e materialidade, alcançando a vida prática de pessoas que se realizam de diferentes formas no e a partir do espaço. Uma produção do espaço ao mesmo tempo em que é produzido a partir dele, como comenta Henri Lefebvre:

Então, de que se trata? De uma produção, a de um espaço. Não somente de um espaço conceitual e ideal, de um lugar dos espíritos, mas de um espaço social e mental. De uma emergência. Da decodificação do espaço anterior. O pensamento e a filosofia emergem, subindo das profundezas, mas é também a vida que se decodifica, a sociedade inteira, com o espaço. (LEFEBVRE, 1974, p. 301)²

O espaço público é uma forma urbana que abarca uma enorme diversidade de funções. Isso advém da maneira e da intensidade das ocupações e apropriações coletivas e individuais. E por isso, se trata de um objeto de estudo com amplo campo metodológico e teórico. Nele se encontram o espaço em ampla perspectiva. O nó por onde passam e se encontram em uma intrincada relação de poder os territórios da cidade. Uma paisagem que representa de forma efêmera diferente interesse e grupos sociais. Ou seja, é o lugar do encontro que poucos acessam, muitos passam e teoricamente todos participam.

A pesquisa empírica até o momento reforça a hipótese de que os largos se constituem a margem do investimento governamental, mas em contrapartida são espaços de preferência das atividades populares e sociais. Através de entrevistas semi-estruturadas se chegou ao conhecimento de atividades que visivelmente não se havia notado, como a prostituição por exemplo. O significado que esses espaços possuem para grupos que se encontram fora dos circuitos formais da cidade faz dos largos espaços públicos ímpares, confirmando a hipótese de que nem todos os espaços públicos são iguais, eles divergem conforme a apropriação material e simbólica que se faz deles. O estudo dos espaços públicos reforça que esse conceito deve ser problematizado antes de ser incluído nas discussões como se fosse um termo livre e interesses particulares.

2 De quois'agit-il donc? D'une production, celle d'un espace. Pas seulement d'un espace idéal et idéal, d'un lieu des esprits, mais d'un espace social et mental. D'une emergence. Du décryptage de l'espaceantérieur. La pensée et la philosophie font surface, montent des profondeurs, mais c'est aussi la vie qui se décrypte, la société entire, avec l'espace. (LEFEBVRE, 1974, p. 301, texto original)

OS CAMINHOS DA CONCEPÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

O caminho que a concepção de espaço público trilhou para chegar ao entendimento que existe dele na contemporaneidade é longo. Isso não quer dizer que exista um consenso na atualidade para o que se entende por espaço público, mas sim que ele foi efeito de uma evolução do conhecimento e do processo histórico para se chegar ao debate que ocorre nos dias atuais.

A concepção de público começa inicialmente ligada ao de esfera. Na vida em sociedade, a prática de um espaço público e privado já se evidencia na Grécia, porém os debates de como esses espaços se construíram e foram sendo transformados no decorrer do processo histórico foi um debate posterior. Assim, na filosofia contemporânea, que iremos considerar como as produções ocorridas a partir dos anos de 1950 até os dias atuais, a esfera pública surge, como um tema central em alguns debates.

Hanna Arendt³ trata de um esgotamento da esfera pública, em consequência dos sistemas totalitários. Ela examina as condições políticas e sociais que tornaram propícias o surgimento do movimento totalitário. Assim como dos instrumentos utilizado para que esse último conseguisse se instalar como regime político.

Quanto à esfera pública, Hannah Arendt (1958), o termo “público” denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas completamente idênticos. “Significa, em primeiro lugar, que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.” (ARENDT, 2010, p.61). E quanto ao segundo fenômeno: “Em segundo lugar, o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele.” (ARENDT, 2010, p. 64)

Assim, a esfera pública contraria um espaço vazio e aberto e sim cheio de significado. Neste caso é possível aproximar o conceito de esfera pública ao de espaço público, pois as formas de apropriação da esfera se consolidam no espaço. A autora trata da “vida pública” numa perspectiva eminentemente espacial, sendo assim um dos primeiros ensaios filosóficos que questiona as transformações das formas de apropriação e de conceituação dos espaços públicos. Como assim ela trata:

A importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública, em comparação com a qual até a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas. (ARENDT, 2010, p. 70)

Essa reflexão é posta por Hannah Arendt no contexto dos anos 50 do século passado. Mas levando em conta a transformação da densidade demográfica desse tempo até hoje, uma questão recorrente nos debates é como o espaço público pode se tornar o espaço da “ação”, como a autora destaca. Um agregar que deve não somente ser em número, mas também em diversidade, pois o que se estabeleceu na contemporaneidade são espaços públicos mais excludentes do que agregadores, seja quanto ao acesso físico, como para cadeirantes, por exemplo, como em acesso moral, como com a criminalização de alguns grupos. Angelo Serpa, geógrafo reconhecido por tratar dos espaços públicos na contemporaneidade, responde da seguinte forma essa questão:

O difícil em ter de suportar a sociedade de massas não é tanto a quantidade de gente que ela abarca, mas o fato de que o mundo perdeu literalmente a força de juntar essa imensa quantidade de indivíduos, dialeticamente relacionando-os e separando-os, como o fazia em passado recente. (SERPA, 2007, p. 36)

Para Hannah Arendt a esfera pública na modernidade cedeu lugar para expressões de status e de admiração, ou seja, diretamente ligado ao processo que legitimou um espaço público excludente e segmentado. Com ela trata:

Nessas palavras fica evidente que a admiração pública e a recompensa monetária têm a mesma natureza e podem substituir uma à outra. A admiração pública é também algo a ser usado e consumido, e o *status*, como diríamos hoje, satisfaz uma necessidade como o alimento satisfaz outra: a admiração pública é consumida pela vaidade individual da mesma forma como o alimento é consumido pela fome. (ARENDT, 2010, p. 69)

Assim, um legado importante para a nossa discussão é a forma como Hannah Arendt desenvolve o conceito de público. Pois atualmente o conceito de espaço público faz referência mais a sua dimensão física do que das formas como ele é apropriado. Certamente que a estrutura material do espaço condiciona como esse espaço será apropriado, porém tratar essas características como definidora de como se configura os usos é excluir da análise as relações de identidade que se constituem nos espaços. A autora deixa claro o significado que o público pode tomar e das diferentes apropriações, inclusive pelo movimento autoritário. É necessário atenção para os significados desse conceito na atualidade, pois esse pretensão vazio, ou relação a sua dimensão física pode tirar o foco do uso que está sendo feito dele.

Outro autor que colabora com esse debate é Jürgen Habermas que desenvolveu uma teoria que tratou da esfera pública como um “terceiro espaço”, ou seja, uma esfera moderadora entre a esfera privada e da esfera ocupada pelo poder do Estado.

A perspectiva de Jürgen Habermas sofre efeito de uma mudança da cultura européia no século XVIII, que testemunhou uma ampliação da esfera pública, de caráter elitista, mas que multiplicou uma variedade de espaços públicos fora do controle do Estado, como salões literários e cafés. A mudança abriu oportunidades para questionar a autoridade da cultura representativa do Estado, o que segundo Jürgen Habermas acreditava ser um instrumento de contenção dos meios de controle, como ele próprio comenta:

A esfera política do Estado da social-democracia está marcada por duas tendências divergentes. Enquanto configuração decadente da esfera pública burguesa, dá espaço a uma publicidade demonstrativa e manipulativa desenvolvida por sobre as cabeças do público aí intermediado. Por outro lado, o Estado da social-democracia burguesa, à medida que resguarda a sua continuidade com o Estado liberal de Direito, ele se fixa no mandamento de uma esfera pública politicamente ativa, em decorrência da qual o público mediatizado por organizações deveria colocar em movimento, através delas mesmas, um processo crítico de comunicação pública. (HABERMAS, 1984, p. 270)

Centrar o debate de esfera pública nesses dois autores não significa dizer que eles são mais relevantes do que outros, porém são recorrentes as referências e sua produção quanto ao tema demonstra a importância de estarem presentes no debate sobre espaço público. Essa primeira perspectiva da esfera pública, que vai subsidiar a de espaço público possui seus críticos. Essa crítica também vai se somar a concepção de espaço público na contemporaneidade e precisa compor a análise. Edward Said⁴ é um deles e ficou conhecido por ser um dos primeiros críticos do imperialismo do século XX. Ele criticava Jürgen Habermas e a Escola de Frankfurt por sua visão eurocêntrica e por se abster em mencionar em suas teorias a influência da teoria racista e imperialista nos seus objetos de estudo.

Axel Honneth também faz uma crítica a Jürgen Habermas por entender que sua concepção de esfera pública deveria incluir uma teoria do conflito e a perspectiva dos movimentos sociais. Sua análise privilegia o conflito e a luta entre os sujeitos socializados como protagonistas da sociedade. Sua investigação consistiu em ampliar a concepção sobre o público calcado numa orientação mais rígida de uma teoria do conflito. O paradigma que ele propõe para aprofundar essa noção é um modelo de compreensão de uma luta por reconhecimento, como ele comenta a seguir:

4 SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

São as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades. (HONNETH, 2003, p. 156)

O esvaziamento dos espaços públicos é outra questão pertinente e bastante debatida. Ele está ligado com muitos outros aspectos da contemporaneidade, e aponta para a formação de uma nova cultura urbana, com raízes históricas anteriores, mas pertinente para as diferentes relações e apropriações que se verifica nos largos. Richard Sennet trata desse tema e aponta o esvaziamento do público como resultado de um processo tirânico da intimidade, como ele comenta a seguir:

A intimidade é uma tirania, na vida diária, dessa última espécie. Não é a criação forçada, mas o aparecimento de uma crença num padrão de verdade para se medir as complexidades da realidade social. É a maneira de se enfrentar a sociedade em termos psicológicos. E na medida em que essa tirania sedutora for bem-sucedida, a própria sociedade será deformada. (SENNET, 1988, p. 412)

Assim, o conceito de esfera pública desenvolveu-se, dialogando com relações de poder, Estado e política. Paralelo a isso, mas não de forma fragmentada a esse primeiro diálogo começava a se delinear o conceito de espaço público. Esse começou na Geografia por volta da década de 1980, e surgiu dentro de outros focos de investigação. O primeiro registro encontrado em obras de geógrafos foi de autoria de Milton Santos (1987).

O conceito de espaço público para Milton Santos permeia outra análise, que é a do espaço do cidadão. Nesse objeto de estudo foi privilegiado a questão da cidadania pelo ângulo da Geografia, e dentre tantos outros conceitos que perpassaram esse tema, o espaço público foi citado como um deles. O “direito ao entorno” foi o tópico que introduziu o assunto, que nas palavras de Milton Santos aparece da seguinte forma: “E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc) foram impunemente privatizados.” (1987, p. 48)

Percebe-se que o autor não coloca em questão o que é o próprio espaço público, que processos ele sofre, e as diferentes apropriações. Mas ao ver os exemplos e como ele trata desse conceito, é possível vislumbrar algumas influências da Geografia Crítica, como assim ele trata:

Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não

pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais. (SANTOS, 1987, p. 48)

Ainda no campo geográfico a primeira obra que vai tratar do espaço público com foco na análise é introduzida no século XXI. O autor é Angelo Serpa e tratou do espaço público na cidade contemporânea. Os questionamentos que nortearam o livro foram definições, a multiplicidade de variáveis, teorias, conceitos e o papel desempenhado pelos espaços públicos na contemporaneidade. Como referencial teórico, o autor recorreu a autores já comentados aqui, como Hannah Arendt e Jürgen Habermas para analisar as definições e rumos desses espaços. Sua definição para esse conceito demonstra a influência desses autores, como pode ser visto a seguir:

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos. (SERPA, 2007, p. 09)

Atualmente se multiplicam os trabalhos acadêmicos na Geografia retratando diretamente ou indiretamente os espaços públicos, mas em número reduzido se comparado com outros temas. Assim como livros, de autores já conhecidos pelo campo geográfico que em meio a outras questões também desenvolveram teses sobre esses espaços. Um deles é Paulo César da Costa Gomes, que tratou em uma de suas obras da ligação entre os espaços públicos e as manifestações, de como esses lugares estão dispostos e das consequências dessa ordem. As ligações com os conflitos sociais é uma das suas contribuições para o tema, como ele trata a seguir:

Ele também é um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados. Por um lado, ele é uma arena onde há debates e diálogo; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social. Todas as cidades dispõem de lugares públicos excepcionais que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade. Por meio desses lugares de encontro e comunicação, produz-se uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população. (GOMES, 2010, p. 164)

Assim, levando em conta essa perspectiva dos espaços públicos, no caso dos largos, o que doravante era espaço, pode ser chamado nesse caso de “contra-espaço”, termo que Ruy Moreira (2007) desenvolveu para designar esses espaços que caracterizam lutas novas e democráticas por direitos à cidade. Uma dinâmica de espaço que contém outra de contra-espaço, e por ser transformado por ele, pode ascender como um novo espaço. E assim considerar o espaço como produto dos embates da sociedade civil, e os largos como contra-espaço. Assim Ruy Moreira define contra-espaço:

A rigor, as formas de contra-espaço têm um caráter diverso em seu conteúdo e seus objetivos. É contra-espaço o arranjo espacial de uma greve ou uma insurreição de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento rural, uma favela como forma de movimento de ocupação-assentamento urbano, mas também um ritual de capoeira ou de candomblé, como também um modo individualizado e recluso de morar. O contra-espaço é o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída com forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõem aos que vivem embaixo e dentro dela. Pode ser contra-espaço um movimento de confronto, de resistência, de mimetismo ou de simples questionamento da ordem espacial existente. (MOREIRA, 2007, p. 103)

Como território, os largos podem se entendidos legitimamente, em função de sua história, como próprios da cultura popular. Território que garante muitas vezes a sua sobrevivência e em outras somente deseja expressar, como alternativa, sua arte de vivenciar a cidade. Neiva Garcia, ao investigar os espetáculos de rua que ocorrem no Largo Glênio Peres, definiu da seguinte forma essa expressão de identidade:

Portanto cada espetáculo de rua possui suas táticas, no entanto as características comuns aos espetáculos, aquelas que denunciam que tais eventos culturais são culturas populares, constituem uma estratégia alternativa aos modelos culturais dominantes: como construir os espetáculos de rua a partir da observação do espaço em que o frequentam transformando o ambiente da rua em palco e transeuntes em platéia ativa na construção do evento. (GARCIA, 2001, p. 114)

Assim, se retratam os curtos caminhos ainda trilhados pelas perspectivas dos espaços públicos. Esses caminhos não são neutros e foram retratados de maneira a expor as influências teóricas, que maior parte das pesquisas sobre o tema é atingida. Um espaço público, que no caso dos largos se afirma aberto, de ação política e que possui uma forte relação com os movimentos sociais e artísticos da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, considerando as perspectivas dos espaços públicos tratados anteriormente, os largos na contemporaneidade da cidade de Porto Alegre estão vivos e atuantes. Mesmo com o abandono dos investimentos por parte do governo, os largos persistem a partir de uma apropriação coletiva de caráter popular. A subestimação desses espaços fica evidente, pois inexistiu sequer uma definição clara de suas características específicas e o levantamento histórico apontou um abandono e até uma transformação desses lugares em praças e parques.

A intencionalidade dessa reflexão foi revelar, resumidamente, as relações de poder que envolve o espaço público dos largos, ampliando o debate para o que se entende por privado. O discurso que envolve o conceito de público busca se mostrar neutro, porém participa dessas relações veladas por uma aparente generalização. Sendo que o poder do discurso está em promover a ampliação da elitização desses espaços. O debate teórico foi o último a ser realizado exatamente porque necessita ser problematizado ao invés de ser considerado como um conceito a princípio único.

As apropriações que peculiarmente se delineiam nos largos não é obra do acaso, mas foi construída no processo histórico. Assim o espaço público dos largos se tornou simultaneamente o lugar onde determinadas coletividades se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e imediatamente se colocam na relação de poder com o privado.

O vazio urbano, em se tratando dos espaços públicos, não existe. O que ocorre é uma apropriação coletiva em lugares que o poder público opta por abster-se. Assim, os espaços públicos que tinham potencial para se tornar vazios, ou abandonados, como no caso dos largos, o que ocorre é o inverso, uma ocupação de tramas clandestinas de comércio, trabalho e expressões artísticas.

Enfim, a partir da memória e problematização da atualidade dos largos da cidade de Porto Alegre podemos concluir que se constituem como lugares que ainda se encontram possibilidades do fazer-se coletivo. Mesmo com uma paisagem que buscar cooptar para o consumismo, os largos se mantêm como um contra-espço de ações e um território da cultura popular. Uma correlação de forças que amplia as perspectivas do futuro dos espaços públicos, mesmo em condições de opressão.

THE SQUARE IS ALIVE: PERSPECTIVE OF PUBLIC SPACE IN THE CITY OF PORTO ALEGRE

ABSTRACT

Porto Alegre has been currently experiencing a period of political unrest.

Many marches and demonstrations have been happening this time. Amid all these manifestations a character begins to stand out among these movements and to participate more actively: public spaces. This happens due to certain areas becoming the main aspect of these manifestations, as places of escape, confrontation and meeting. These spaces are squares in the city of Porto Alegre. These spaces are also preferred by independent artists, religious people and small traders. But are these square endowed with some quality that serves as a shelter for those groups? The aim of this paper is to discuss the role that the squares play compared to other public spaces in the city of Porto Alegre, taking into consideration the collective appropriation that takes place in them. This reflection is part of a doctoral thesis which is under development. Up to this moment the research points to a set of singularities of these spaces which make them different from the rest of the universe of public spaces. The method is dialectical and aims to break down some possibilities to think of the cities' squares as spaces, even if abandoned by the government, full of possibilities built by those who occupy them.

Keywords: public space; square; Porto Alegre.

EL SQUARE SE VIVE: PERSPECTIVA DEL ESPACIO PÚBLICO EN LA CIUDAD DE PORTO ALEGRE

RESUMEN

La ciudad de Porto Alegre experimenta actualmente un período de inestabilidad política. Muchas marchas y manifestaciones vienen ocurriendo en este momento. En medio a todas esas manifestaciones un elemento comienza a sobresalir entre los movimientos que participan de forma más activa: los espacios públicos. Esto se debe a que ciertas áreas se han convertido en la marca de estas manifestaciones, como lugares de escape, de confrontación, encuentro, reunión o manifestación. Estos espacios son plazas de la ciudad de Porto Alegre. También prefieren estos espacios los artistas independientes, religiosos y pequeños comerciantes. Pero estarían estas plazas dotadas de alguna calidad que sirva como refugio para estos grupos? De esta manera, el objetivo de este trabajo es discutir el papel que tienen las plazas en comparación con otros espacios públicos de la ciudad de Porto Alegre, teniendo en cuenta la apropiación colectiva que allí ocurre. Esta reflexión es parte de una tesis doctoral que está en desarrollo. Hasta el momento, la investigación apunta un conjunto de singularidades de estos espacios, que los hacen diferentes del resto del universo de los espacios públicos. El método es dialéctico y su objetivo es romper algunas posibilidades de pensar las plazas de las ciudades como espacios, aunque abandonadas

por el gobierno, llenos de posibilidades construidas por quienes los ocupan.

Palavras-clave: espacio público; plaza; Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ALBERNAZ, Maria Paula. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1998.

FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: DISAL, 2004.

GARCIA, Neiva R. **Espetáculos de Rua**: um estudo antropológico sobre manifestações culturais no Largo Glênio Peres e no Brique da Redenção da cidade de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

GOMES, Paulo C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas**: histórias e memórias da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre**: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MOREIRA, Ruy. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa**. In: HAESBAERT, Rogério; OLIVEIRA, Márcio P.; MOREIRA, Ruy (orgs.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SENNET, Richard. O declínio do homem público. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.